

OS ENTRAVES NA ADMINISTRAÇÃO DA REDE DE ENSINO PERANTE ÀS CONCEPÇÕES DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Gabriel Ginane Barreto¹

*¹Graduando em Ciências Biológicas – Universidade Federal da Paraíba/ Campus II, email:
gabrielginane@hotmail.com*

Introdução

As reformas educacionais iniciadas na última década no Brasil e nos demais países da América Latina têm trazido mudanças significativas para as esferas educacionais. São reformas que atuam não só no nível da escola, mas em todo o sistema, repercutindo em mudanças profundas na natureza do trabalho escolar (OLIVEIRA, 2004). Diante tais mudanças, as redes de ensino necessitam de profissionais habilitados que possam circundar as dificuldades impostas cotidianamente.

O gestor educacional, nas esferas municipais, estaduais ou federais, querendo ou não, necessita de um conhecimento científico sobre política, principalmente em instituições sociais. Os modelos gestionários influenciam diretamente na qualidade e autonomia escolar, e seu caráter democrático e participativo é essencial para o funcionamento das instituições.

A defesa pela democracia centra-se no princípio de que a melhoria dos sistemas escolares em todos os níveis requer, necessariamente, uma ampliação dos espaços de participação da sociedade na definição e implementação das políticas. A gestão democrática pode ser caracterizada como um espaço de descentralização do poder, de participação e de autonomia das instituições. Portanto, ela possibilita a construção da cidadania e deve ser considerada fundamental na formação do cidadão. (NETO, 2011).

A escola é um caldeirão em seu mais sentido literal, de diversidade e pluralidade. Um gestor educacional que almeja sucesso, deve prezar um bom relacionamento com todos os participantes da escola, ou seja, com a comunidade escolar em geral. Porém, o que predomina é a “culpabilização” entre os participantes da comunidade escolar, secretários que culpam os diretores escolares pela má gestão e baixo nível de aproveitamento nos índices avaliativos, o professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras (OLIVEIRA, 2004).

A gestão de uma rede de ensino passa por vários empecilhos, que muitas vezes são difíceis de contorná-los. Desse modo, para ser desempenhada corretamente, a gestão precisa de autonomia. Definida como algo que leva a liberdade de expressão um meio ao qual o indivíduo se reconheça como ser social livre e autônomo onde possa decidir acerca dos seus ideais (VEIGA, 1995). Portanto, é algo que deve ser construído por meio da relação de todos, gerando um ambiente de conforto que resulte na permanência e participação da comunidade escolar.

Sendo assim, o trabalho objetivou-se em analisar as concepções dos secretários da educação de da cidade de Areia – PB, e relacioná-las com os conceitos de gestão democrática.

Metodologia

A pesquisa ocorreu na secretaria municipal da educação, do município de Areia, localizado na Paraíba. A pesquisa constitui-se de uma entrevista e possui caráter qualitativo, pois busca o aprofundamento nas concepções apresentadas pelo gestor. Solicitou-se a entrevista com o secretário, e posteriormente os dados foram organizados e analisados.

Roteiro da entrevista:

1. Quais os maiores desafios para administrar uma rede de ensino nos dias atuais?
2. Como está a formação continuada dos docentes no município?
3. As verbas destinadas à educação são suficientes?
4. Das últimas políticas para a educação básica, que política você considera importante e de impacto?
5. Como você vê a participação dos conselhos escolares hoje? Funcionam?

Resultados e discussão

O secretário (a) relata alguns pontos, explicitados em sequência por ordem de importância. Recursos financeiros insuficientes, como o maior problemática. A motivação do corpo docente aparece também como fator desafiante, e a partir desses pontos citados, outra problemática surge, na qual seria, ofertar algo de qualidade, seja pela capacitação do corpo docente, pois muitos buscam apenas a titulação, em cursos à distância, cursos nos finais de semana, independentemente da qualidade da instituição. Sendo assim, além do corpo docente desmotivado, a habilitação do profissional docente e qualidade de ensino, são pontos que interligam-se havendo a necessidade de uma maior atenção a estas esferas.

A formação continuada no município encontra-se em construção, pois, pouco ou nenhum incentivo havia por parte do município. Convênios estão sendo fechados com instituições públicas com a UFPB, como projetos de extensão que agem diretamente na matriz de referência. É um projeto de extensão, dito como um fazer aprendendo (FAZAP), onde os alunos são responsáveis pelo próprio aprendizado. Também, há formação dos profissionais relacionados a educação especial, para jovens que apresentam algum tipo de deficiência. As horas de planejamento retornaram, onde os professores acabam envolvendo-se de uma maneira mais efetiva com a escola e a equipe pedagógica.

Partindo para o financeiro, o recurso destinado ao município advindo do FUNDEB, consta com utilização de 60% para o pagamento do salário dos professores, o resto do montante é para outros investimentos, como compra de material escolar, algumas reformas necessárias, etc. Atualmente, há a utilização de mais de 100% do recurso disponível do FUNDEB. Por lei, para uma gestão ser considerada “boa e eficiente”, deve ser utilizado pelo menos 60% do recurso FUNDEB para pagamento dos professores, o restante conta como investimento. É importantíssimo, a equipe de planejamento possuir consciência dos direitos e deveres do município, pois implica em uma gestão consciente com aplicação estratégica dos recursos em esferas necessárias.

Citam o estabelecimento e manutenção do FUNDEB como uma das principais políticas que favorecem a qualidade do ensino. O mais educação é citado como uma alternativa para melhoria do ensino, pois, consta com jovens professores lecionando, originários de uma juventude aberta, o que possibilita a incorporação de novos métodos de ensino sem tanta resistência, como acontece com os profissionais de última geração. Pode-se perceber que todos os recursos advindos do governo, encontram uma boa aceitação, pois são destinados a melhoria da qualidade do ensino, sendo assim, políticas educacionais deveriam ser mais frequentes, pois, mesmo que o recurso não seja majoritariamente suficiente, implica-se em melhorias escolares.

A participação dos conselhos escolares é tida como muito fraca, ocorre principalmente no momento da chegada da folha de pagamento, não é atuante de forma efetiva. A implantação do conselho escolar, necessita de uma participação política, de forma que atualmente, a população encontra-se descrente e despreparada, devido ao panorama político atual. A participação dos pais, não ocorre de maneira efetiva, cita que muitas vezes a comunidade manifesta-se para cobrar. Também cita que a falta da participação familiar implica em alunos problemáticos nas escolas,

sendo oriundos de famílias desestruturadas, onde encontram a escola como meio de chamar atenção.

Em uma gestão democrática, a participação da comunidade escolar é fundamental para que a educação ocorra de maneira eficiente, e é importante notar que a participação da comunidade escolar, na escola pública, vem crescendo, pois, no âmbito privado, espera-se este fato, afinal os pais pagam para os filhos estarem estudando. Mas, na escola pública, reflete que os pais estão tendo consciência que estão pagando do mesmo modo para seus filhos entrarem no ensino público, pois a grande carga de impostos mensais são convertidos (ou deveriam) em melhorias para a população.

Conclusões

- Recursos financeiros aparecem como a maior problemática;
- A motivação e formação do corpo docente é um dos principais empecilhos para melhoria da qualidade escolar;
- Políticas educacionais como o FUNDEB e o Programa Mais Educação são reconhecidos como importantes e fundamentais;
- Os conselhos escolares e a comunidade escolar ainda possuem pouca participação no cotidiano escolar.

Referências

NETO, A.C.; CASTRO, A.M.D.A. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. >

OLIVEIRA, R.P.; ARAUJO, G.C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, 2004.

OLIVEIRA, A.D.; A reestruturação do trabalho docente: Precarização e flexibilização, 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. >

VEIGA, I.PA.(Org.) Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.